



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

**PARA UMA COMPREENSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BOJO DAS
CONTRADIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Havana Maria Ribeiro Alves¹

Resumo: O presente artigo, de teor fundamentalmente teórico, apresenta a articulação entre a “questão social” e o processo de acumulação capitalista. Objetiva, portanto, analisar as condições de produção coletiva e apropriação privada da riqueza social como elementos teóricos centrais para a compressão da questão social, com a finalidade de refutar as análises que a deslocam desses elementos. Dessa forma, no primeiro momento, apresenta o processo de trabalho vinculado ao processo de valorização, e em seguida, demonstra a análise marxiana acerca da lei geral de acumulação capitalista e sua relação com a “questão social”, bem como apresenta sumariamente algumas concepções acerca da temática no Serviço Social brasileiro e seu vínculo com essa perspectiva. Para tanto, adota como referência analítica os estudos de Karl Marx no Livro primeiro de *O capital: crítica da Economia Política*.

Palavras-chave: Trabalho; Capital; Questão Social.

Abstract: This article, of a fundamentally theoretical nature, presents the articulation between the "social question" and the process of capitalist accumulation. It aims, therefore, to analyze the conditions of collective production and private appropriation of the social wealth as central theoretical elements for the compression of the social question, with the purpose of refuting the analyzes that move it of these elements. Thus, in the first moment, it presents the work process linked to the valorization process, and then demonstrates the Marxian analysis of the general law of capitalist accumulation and its relation to the "social question", as well as briefly presents some conceptions about of the theme in the Brazilian Social Service and its link with this perspective. To this end, it adopts as an analytical reference the studies of Karl Marx in the first book of *Capital: Critique of Political Economy*.

Keywords: Work; Capital; Social issues.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, sobretudo a partir da aproximação com a tradição marxista, o Serviço Social brasileiro vêm desenvolvendo estudos que situam a “questão social” como resultante da *lei geral de acumulação capitalista*. No entanto, algumas abordagens acerca da temática, que exercem grande influência na produção teórica da área, situam - com alguns limites sumariamente apresentados ao longo desse artigo - o debate teórico acerca da “questão social” apartado da sua relação com a *lei geral de acumulação capitalista*. Acreditamos que esse extravio do *locus* analítico escamoteia as condições de exploração que marcam a relação capital-trabalho.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: havana.ribeiro@gmail.com.

Analisar as condições de produção da riqueza social e apropriação privada dela como elementos teóricos centrais para a compressão da “questão social” requer o manejo da relação entre *aparência* e *essência*. Mas, antes de apresentarmos essa relação dialética, é necessário pontuarmos duas relevantes características sobre a *aparência* da sociedade capitalista. Primeiramente, “ela não é resultado de um erro ou engano do observador. Trata-se de uma das duas dimensões da realidade, tão real quanto a sua oposta, a *essência*²”. A segunda característica que convém destacar “é o fato de que ela resulta diretamente da observação da realidade, mas desde um ponto de vista particular, específico: do ponto de vista individual e isolado”. (CARCANHOLO, 2003, p. 77 - 78).

Considerando as características da *aparência* capitalista apresentadas, Carcanholo (2003) apresenta sua relação com a *essência* do sistema, evidenciando que há uma superioridade da última em relação à primeira. Expõe, para tanto, as seguintes razões:

(...) em primeiro lugar porque só ela é capaz de permitir a lógica e estruturada compreensão sobre os nexos mais íntimos da realidade, possibilitando prever as potencialidades do seu desenvolvimento, dos seus destinos possíveis. Em segundo, porque, a partir dela, com os instrumentos que fornece é possível entender todas as características da *aparência*, além de explicar a razão pela qual a *aparência* deve ser necessariamente como é. Em certo sentido, a *essência* contém dentro de si a própria *aparência*. (CARCANHOLO, 2003, p.78)

Desvendar a *essência* do sistema capitalista é analisar o processo de acumulação de capital como um processo contínuo e ininterrupto, procurando descortinar o véu do observável para apreensão das conexões implícitas desse processo

Cabe acrescentar que não é objetivo dessa análise abarcar a particularidade da “questão social” no Brasil. Objetivamos, em um elevado nível de abstração teórica, compreender, partindo das condições entre produção e apropriação de riqueza na sociedade capitalista, o vínculo estrutural entre “questão social” e lei geral de acumulação capitalista. Nosso objetivo, portanto, consiste em apresentar as bases materiais da “questão social” e verificar de que forma ela comparece nas análises acerca da temática. Espera-se contribuir para o acúmulo de conhecimento sobre essa temática tão assídua no cotidiano da nossa vida social e profissional.

1 PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

O objetivo da obra *O Capital: crítica da economia política* consiste em estudar as leis de funcionamento e desenvolvimento da sociedade capitalista. Os capítulos da obra são

2 “(...) O erro não está na *aparência* e nem mesmo na interpretação que ela sugere, mas **na crença de que a realidade tem só uma dimensão**. O equívoco sobre o capitalismo consiste em pensar que a realidade é unidimensional, ou melhor, não saber da sua bidimensionalidade.” (CARCANHOLO, 2003, p. 77, grifos meus).

uma articulação categorial, tendo em seu capítulo inicial a materialização da “exposição” dialética da crítica da economia política realizada pelo autor. Seria, na concepção do autor:

impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa. (...). Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa. (MARX, 1982, p. 19)

Considerando que “o movimento de exposição das categorias não segue a ordem em que elas aparecem na história, mas sim, sua posição hierárquica no interior do movimento de valorização do capital” (Teixeira, 1999, p. 96), o ponto de partida não poderia ser outro a não ser a *mercadoria*³, uma vez que - dado a generalização da produção de mercadorias neste modo de produção, a sociedade capitalista “aparece⁴ como uma imensa coleção de mercadorias.” (Marx, 1995, p.45).

O capítulo V divide-se em duas partes, são elas: *o processo de trabalho* e *o processo de valorização*. Marx inicia o capítulo colocando em suspenso o curso analítico até então predominante – de exposição dos elementos que buscam desvendar a produção de capital – para versar sobre *o trabalho em geral*. Nesse momento analisa o trabalho como um *intercâmbio orgânico do homem com a natureza*,⁵ um processo entre homem e natureza, ou ainda, se quisermos, como produção de valores de uso para satisfação das necessidades humanas. Os elementos simples constitutivos do processo de trabalho, segundo Marx (1985), são os objetos de trabalho⁶ e os meios de trabalho⁷, bem como a vontade orientada

3 Para Teixeira (1995) a mercadoria é a forma mais geral e abstrata que assume a riqueza nas sociedades onde domina o modo de produção capitalista. Por isso a mercadoria deve ser o ponto de partida da apresentação das leis que regem e governam esta forma de produção.

4 Essa expressão não é gratuita. Sabemos que os fatores determinantes da existência do modo de produção capitalista não se limitam à circulação de mercadorias e dinheiro. Requerem, antes de tudo, a propriedade privada dos meios de produção e a força de trabalho enquanto mercadoria. Prontamente, no primeiro capítulo de *O Capital* estão supostas e postas as condições para que as classes fundamentais do modo de produção capitalista sejam colocadas em cena dentro do movimento analítico do autor. Trata-se de um eloquente argumento de contraposição às análises que afirmam que a luta de classes não é um elemento posto na referida obra. Um panorama do debate sumariamente anunciado pode ser encontrado em TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Sobre a crítica dialética de O Capital**: uma anticrítica. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.93-114.

5 (...) O trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1985, p 149)

⁶ Dos objetos de trabalho, a terra – incluindo a água – é o principal deles, já que são indispensáveis para os elementos do processo de trabalho. Ademais “objetos de trabalho são todas as coisas que o trabalho só desprende sua conexão direta com o conjunto da terra” assim sendo, toda matéria-prima também é objeto de trabalho, haja vista que é fruto de trabalho anterior, ou, nas palavras de Marx (1985), “experimentou uma modificação mediada pelo trabalho”.

⁷ Por meio de trabalho, Marx (1985) entende “uma coisa, ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si e o objeto de trabalho, conduzindo sua atividade sobre o objeto” (p 150). Assim, quando o homem, enquanto ser social, idealiza algo em mente, ele necessita utilizar propriedades - sejam elas químicas, físicas ou mecânicas - para atuar como meio de poder sobre outras coisas a fim de objetivar tal idealização, isto é, materializar o que até então era ideia.

a um fim. Nesse percurso, o trabalho concreto se coloca como a expressão da necessidade de intercâmbio entre o homem e a natureza; independe, portanto, de qualquer forma de produção, sendo responsável pela criação de valores de uso.

Contudo, convém destacar que “a relação com a natureza é mediada por relações entre os homens, o que faz com que todo trabalho sobre a natureza se realize no interior e por meio de uma forma social historicamente determinada.” (TEIXEIRA, 1995, p. 136). É desta perspectiva que Marx concebe a produção do valor de uso, por si só, não nos permite penetrar na dinâmica da essência capitalista, uma vez que o processo de produção capitalista é unidade entre o processo de trabalho e o processo de valorização - o que fica evidente já na primeira parte do *capítulo V* quando o autor anuncia ao leitor que “a transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde e deve por isso ser considerada somente mais adiante”. (Marx, 1985, p. 154).

Isso não significa, em nenhuma hipótese, que a produção de valores de uso esteja apartada da dinâmica capitalista. Marx (1985) compreende que o processo de trabalho no capitalismo cria valores de uso e a natureza desses valores de uso não se altera por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Entretanto destaca que a produção desses valores só ocorre na medida em que estes são, nas palavras do autor; “substrato material, portadores de valores de troca⁸” (MARX, 1985, p 149).

Nesse sentido, “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.”(MARX, 1985, p.46). Se deixarmos de lado o valor de uso dos corpos das mercadorias,

(...) resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil (...) para reduzir-se em sua totalidade (...) a trabalho humano abstrato. (MARX, 1985, p 47).

Nesse contexto desaparece, portanto, o caráter útil das mercadorias, uma vez que estas passam a ser vistas como tempo de trabalho. Os valores de troca, por sua vez, constituem-se na forma social e histórica na riqueza e tendo sua determinação mercantil evidenciada. A título de síntese, temos que a condição de existência do valor são as relações mercantis, assim percebe-se que o autor chega ao conceito de valor, antes de fazer referência ao trabalho.

A partir desse momento da exposição, Marx (1985) conduz o leitor a compreensão do valor de uso em uma dada forma social por ele assumida afirmando que no duplo caráter da mercadoria se apresenta o duplo caráter do trabalho (trabalho útil e trabalho abstrato) de

8 O capitalista, sinaliza Marx (1985), não tem uma relação de amor com o valor de uso que produz, o produz apenas quando e porque ele é portador de valor de troca.

que ela é produto. Nesse contexto que a mercadoria é compreendida como uma “unidade de valor de uso e valor” e por isso “seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor”. Sendo assim, “o processo de produção agora também como processo de formação de valor” (Marx, 1985, p. 155).

Sabe-se que “a forma de dominação pela qual o capital – trabalho alienado e objetivado – comanda em sua auto reprodução circular sobre o trabalho é muito diferente das formas anteriores de dominação”. (MÉSZAROS, 2002, p. 708). É indispensável, portanto, a análise do processo de trabalho submetido ao processo de valorização realizada por Marx na segunda parte do capítulo V de *O Capital* para compreensão da particularidade do trabalho no modo de produção capitalista e do trabalho abstrato como resultante de uma forma específica de produção que revela as determinações do trabalho nessa sociedade⁹.

A generalização do valor é marca da sociedade capitalista e, por isso, diretamente proporcional ao seu grau de desenvolvimento. O processo de valorização, portanto, ocorre quando o processo de formação de valor ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por novo equivalente.

Se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por novo equivalente, então é processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto torna-se processo de valorização. (MARX, 1985, p. 161).

Se não há a transformação do dinheiro em capital não é processo de valorização, é apenas processo simples de formação de valor. É a partir do prolongamento do processo de valor - leia-se: processo de valorização do valor - que há produção de mais-valia. A transformação do dinheiro em capital, anteriormente citada, não decorre – em nenhuma possibilidade – da circulação de mercadorias, mas sim da compra e utilização (por parte do capitalista) de uma *mercadoria especial* – a força de trabalho.

O autor anteriormente referenciado apresenta dois fenômenos particulares do processo de trabalho enquanto consumo da força de trabalho pelo capitalista: o trabalhador trabalhando sob o controle do capitalista - a quem pertence seu trabalho (Marx, 1985, p.154), é o primeiro; o segundo consiste na propriedade do produto do trabalho – que é do capitalista e não do seu produtor direto (o trabalhador).

A utilização peculiar da mercadoria força de trabalho, portanto, é fonte de valor e de mais-valia. Contudo, o valor de uso da força de trabalho do trabalhador não o pertence, ou como diria Marx (1985, p. 160) “o pertence tão pouco quanto o valor de uso do óleo vendido pertence a seu vendedor.”.

⁹ Destaca-se que o trabalho concreto não desaparece na sociedade capitalista, mas sim, é subsumido ao trabalho abstrato. (Marx, 1985).

Compreendemos, desse modo, o *capítulo V* como o primeiro movimento de síntese que o autor de *O capital* realiza nesta obra. Nos capítulos subsequentes, até o capítulo XXIII – objeto de análise do próximo item - Marx emprega um esforço analítico na compreensão das diversas fases do desenvolvimento capitalista, concluindo sua análise com a demonstração do movimento de reprodução ampliada do capital a partir da *lei geral de acumulação capitalista* e realizando, a nosso ver, o segundo movimento de síntese da referida obra.

2 A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA COMO ANATOMIA DA “QUESTÃO SOCIAL” E AS DIFERENTES CONCEPÇÕES ACERCA DA TEMÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O item anterior apresentou o trabalho no Modo de Produção Capitalista como um processo de criação de valor e valorização do capital¹⁰ a partir do *capítulo V* do livro primeiro de *O Capital*. No capítulo XXIII desta obra, Marx (1985) apresenta como se realiza o processo de acumulação do capital, as leis que a determinam e suas implicações para a classe trabalhadora. Seu principal objetivo consiste demonstrar “a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (Marx, 1985, p. 245); noutros termos, demonstra as modificações que ocorrem na relação entre capital constante e capital variável no decorrer do processo produtivo¹¹ e as implicações para a classe trabalhadora. Inicialmente, é preciso compreender como se efetiva a “demanda crescente de força de trabalho com a acumulação, com composição constante do capital” (Marx, 1985, p. 245).

É importante destacar que Marx não utiliza a nomenclatura “questão social¹²” nas suas análises, mas nos fornece elementos, através da lei geral de acumulação capitalista, para compreender o que Netto (2011) denomina de “anatomia da ‘questão social’”. É, portanto, na análise da lei geral de acumulação capitalista – notadamente no processo de acumulação e de reprodução ampliada do capital, que situa-se a matriz explicativa da

¹⁰ Essa discussão encontra-se no Capítulo V (livro primeiro, tomo I) de *O Capital: crítica da Economia Política*.

¹¹ “A análise marxiana fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a “questão social”, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa”. (NETTO, 2011, p. 46).

¹² Sobre o termo “questão social”, Netto (2011) esclarece que a partir da segunda metade do século XIX, no contexto da revolução de 1848, o termo “questão social”, “desliza, lenta, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador”. Exaurindo o seu ciclo revolucionário, a burguesia impede os intelectuais a ela vinculados de compreender os nexos entre economia e sociedade, colocando em pauta a manutenção e defesa da ordem burguesa. Com isso, a pauperização é crescentemente naturalizada no âmbito do pensamento conservador laico e confessional, cujas vertentes apelam para a reforma moral do homem e da sociedade. Ao ser convertida em objeto de moralização a questão social torna-se algo natural, inerente à sociedade. Seu enfrentamento “deve ser através de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção” e não problematiza a ordem econômico-social estabelecida, ou seja, enfrenta as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociabilidade burguesa (NETTO, 2011, p. 154-155).

“questão social”. Estes processos nos permitem elucidar o sistema de causalidades do pauperismo¹³, haja vista que:

todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue, portanto, que **à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar.** (MARX, 1985, p. 275, grifos meus).

A incorporação de avanços técnicos e científicos no processo produtivo permite que os trabalhadores produzam mais em menos tempos (MARX, 1985). Essa redução do tempo de trabalho socialmente necessário, faz com que se amplie simultaneamente o tempo de trabalho excedente - que se transforma em mais-valia para o capitalista, uma vez que tempo de trabalho socialmente necessário e mais valia são grandezas inversamente proporcionais. Com isso, o crescimento relativo de capital variável aparece como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido do que os meios de ocupação; fazendo com que o processo de acumulação produza uma população supérflua e subsidiária¹⁴ às necessidades do capital. É a lei particular desse modo de produção, pois com a acumulação - façanha da própria população trabalhadora, crescem os meios de seu excesso relativo: *o exército industrial de reserva*. Para Marx, portanto, o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas da força expansiva do capital. Nisso consiste a *lei geral de acumulação capitalista*.

Considerando que a “questão social” é determinada pela lei geral de acumulação capitalista, essa, adquire novas expressões no decorrer dos processos de acumulação no capitalismo (em seus diferentes estágios históricos), sem negar sua determinação.

De acordo com Netto (2011a) final da Segunda Guerra Mundial, a reconstrução da Europa Ocidental levou o capitalismo a vivenciar um momento de expansão marcado pelo crescimento econômico baseado no pleno emprego e pelo desenvolvimento do *Welfare State* - sustentado em *políticas sociais universais*. Esse momento de crescimento parecia ter relegado a “questão social” a problemas de países periféricos, contudo, nos anos 1970 a onda longa do capitalismo se esgotou, reduzindo a taxa de acumulação, e gerando: aumento do desemprego ligado à indústria, precarização das condições de trabalho,

¹³ Como fenômeno novo em relação à pobreza, o pauperismo estava ligado ao quadro de escassez que marcava a sociedade europeia antes da crescente industrialização (NETTO, 2011): quanto mais a sociedade revelava sua capacidade de produção de bens e serviços, mais aumentavam o contingente de seus membros, que além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos de condições materiais de vida que dispunham anteriormente.

¹⁴ Essa superpopulação relativa, no entender de Marx (1985, p. 209), adquire formas variadas. I) Superpopulação relativa flutuante: constituída por trabalhadores que oscilam entre o emprego e o desemprego; II) Superpopulação relativa latente: fruto do desenvolvimento de relações capitalistas em áreas rurais; III) Superpopulação relativa estagnada, composta por trabalhadores que não conseguem um emprego fixo. Destaca também o *lumpemproletariado*, a parcela mais degradada do proletariado. A existência dessas diversas formas de superpopulação relativa permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior.

regressão dos direitos sociais, ausência de proteção social, e o enfraquecimento dos sindicatos e das lutas trabalhistas.

Esse quadro econômico-social estando vinculados ao aumento da pobreza levou alguns estudiosos, como Robert Castel¹⁵ e Pierre Rosavallon¹⁶, a anunciar a existência de uma “nova questão social”. A concepção de uma “nova questão social” apontada pelos autores franceses anteriormente citados chegou a influenciar algumas posições no Serviço Social brasileiro, porém, encontrou contraposição em algumas produções, dentre as quais podemos destacar em Pimentel (2012) e Pastorini (2010), as quais defendem que as mudanças ocorridas nos últimos anos manifestam novos elementos, novas expressões imediatas da “questão social”, mas não da “nova questão social”, uma vez que os traços essenciais e constitutivos da “questão social”, desde sua gênese continuam os mesmos: o conflito entre capital e trabalho.

Sabendo que “as lutas de classes são ineliminavelmente constitutivas da ‘questão social’” (SANTOS, 2012, p.30), o debate da “nova questão social” é um claro deslocamento das bases teóricas que permitem a interlocução com a tradição marxista. Suas principais categorias explicativas são silenciadas nesse debate.

Desse modo, a compreensão à questão social na área, no decorrer da década de 1990, se colocou de forma heterogênea, a partir dos seus determinantes estruturais (Netto, 2011a); das suas dimensões sociohistóricas (Iamamoto, 2011); das *suas expressões* - pobreza, subalternidade e exclusão (Yazbek, 2001), das suas indefinições como objeto do Serviço Social (Faleiros, 1999) e do questionamento da própria “questão social” (Pereira, 2001). Assim, compreende-se que o debate da “questão social” como objeto da profissão¹⁷ e sua apreensão a partir da teoria social crítica apresenta algumas divergências no debate conceitual do Serviço Social. Explicitaremos, sumariamente, a seguir:

¹⁵ Para Castel (1998), “o enfraquecimento da sociedade salarial” tem como efeito a “exclusão social” cuja característica é o reaparecimento de um perfil de “trabalhador sem trabalho”, “categoria de inúteis para o mundo”. Esses representariam um perigo a paz e a ordem econômico-social e moral e, caberia ao Estado frente a “nova questão social”, exercer o papel de fiador da coesão social redistribuindo os “raros recursos”, visando desarmar pontos de tensão, evitar rupturas e conciliar os interesses daqueles que cairiam numa linha de flutuação.

¹⁶ Para Rosavallon (1988), o aumento do desemprego, da pobreza e a desorganização dos sindicatos expressam o aparecimento de uma “nova questão social”. O Estado Providência deveria passar por uma reforma fiscal de modo que os impostos e as contribuições atingisse a assalariados e não-assalariados. Assim, para organizar “a não-classe que são os excluídos” o Estado Providência deve priorizar uma “nova gestão do desemprego” e se tornar “um Estado serviço” dando aos indivíduos os meios para fazer ordem dos azares de ordem não asseguradoras como problemas familiares, pessoais, profissionais. Isso seria a forma de reconhecê-los e tratá-los nas suas diferenças.

¹⁷ Iamamoto (2012, p. 28), define o objeto do Serviço Social da seguinte forma: “Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”.

Para Yamamoto (2001, p.10) a “questão social” é “parte constitutiva das relações sociais capitalistas”, pois, condensa múltiplas desigualdades, e revela “o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”, através da (re)produção das relações sociais. Segundo a autora, a “questão social” expressa a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos.

Consonante com essa concepção, Yasbek (2001, p.34) afirma que o trata a “questão social” como “elemento central da relação entre profissão e realidade”. Enfatiza “a divisão da sociedade em classes sociais, raiz da apropriação desigual da riqueza socialmente construída, tendo como horizonte a luta pela apropriação dessa riqueza”, cujos aspectos mais importantes quanto à “questão social” é a relação entre poder estatal e a destituição do sistema de proteção social e seus impactos na esfera dos direitos. (YAZBEK, 2001).

Divergindo das concepções anteriores, encontra-se Potyara Pereira e Vicente Faleiros. A primeira defende que o processo de politização e das lutas sociais em torno das desigualdades é o elemento central e determinante da “questão social”,

Considero, sim, que os problemas atuais - tal como aconteceu com a alienação do trabalho e a pauperização do proletariado que, no século XIX, esteve na base da questão social, - são produtos da mesma contradição que gerou esta questão, mas que, contemporaneamente ainda não foram suficientemente politizados. (PEREIRA, 2001, p. 54)

Diante disso, afirma que a questão social:

não seria sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidade sociais – mas de embate político, determinado por estas contradições (PEREIRA, 2001, p. 54).

A postura de Pereira (2001) é clara no tocante ao deslocamento da matriz explicativa da questão social da esfera econômica/material para a esfera política. Não queremos afirmar, com isso, que a questão social é esvaziada de uma dimensão política - ao contrário; mas acreditamos que constitui-se um equívoco analítico negá-la como sinônimo do conflito entre capital e trabalho.

Por sua vez, Faleiros (2001) defende o *empowerment* como objeto do Serviço Social: o fortalecimento/empoderamento do sujeito individual ou coletivo, na sua relação de cidadania, identidade e autonomia. Segundo o autor, a “questão social” é um objeto genérico para caracterizar a particularidade profissional. Trata-se, portanto, de uma concepção divergente das diretrizes da ABEPSS, uma vez que o referido autor defende “o Serviço Social como uma relação de poder no contexto das relações de forças”. Em sua concepção “temos que repensar o objeto de interesse do Serviço Social hoje nas condições dadas.” (FALEIROS, 1997, p. 22). Além disso, afirma que:

É preciso ainda articular a discussão de ‘questão social’ ao objeto da profissão de forma precisa, pois não se pode demandar a profissionais que superem com instrumentos de ação a relação de exploração entre capital e trabalho ou a abolição da propriedade privada. A construção do objeto profissional não pode, assim, ser referida a conceito extremamente genérico (FALEIROS, 1997, p.24)

A nosso ver, Faleiros demonstra uma exacerbada preocupação no tocante a dimensão interventiva do Serviço Social, o que em si é relevante. O que nos parece inapropriado é a redução analítica, operada pelo autor, no tocante a compreensão do próprio Serviço Social. Sua análise oferta uma primazia da dimensão interventiva – manifestando uma aparente autonomia e descolamento desta em relação às outras dimensões constitutivas da profissão, a saber: técnico-operativa e ético-política.

Ao tratar a “questão social” como *genérica* o autor supracitado desconsidera a sua historicidade, bem como a sua dimensão material – já expressa por nós a partir da *lei geral de acumulação capitalista*. Tal classificação não nos parece apropriada para abarcar o conceito “questão social” - o qual nos permite desnaturalizar o pauperismo e pensá-lo sob o prisma de articulação com o processo de acumulação de capital.

Pelo exposto, percebe-se que o debate acerca da questão social dentro do Serviço Social brasileiro é heterogêneo e demarca a pluralidade no tocante a produção teórica. A vinculação entre lei geral de acumulação capitalista e questão social, apesar de hegemônica, está longe de se constituir um consenso na área.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Em resumidas contas, a exposição do movimento categorial que levou a imbricação do processo de valorização ao processo de produção capitalista demonstrou a forma particular de produção de mercadorias no interior deste modo de produção. Com a exposição processo de acumulação do capital, as leis que determinam essa acumulação e suas implicações para a classe trabalhadora, procuramos demonstrar a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora e a relação desse processo com a chamada “questão social” - verificando, outrossim, o movimento de assimilação dessa discussão nas produções teóricas de alguns autores influentes na área.

Pelas concepções expostas, não é consensual, portanto, que a questão social se explica no marco da contradição capital *versus* trabalho. Confirma-se a hipótese anunciada na introdução deste estudo: o extravio do *locus* analítico leva a uma visão parcial ou isolada da realidade social, escamoteando as condições de exploração que marcam a relação capital *versus* trabalho. Não por acaso, alguns autores concebem a matriz de explicação/compreensão da “questão social” encontra-se na esfera da política.

Algumas produções teóricas da área, destacadas ao longo desse artigo, encontrem possibilidades de supressão da “questão social” no interior da ordem burguesa. Verificou-se esse processo como consequência da ausência das categorias fundamentais para compreensão dos determinantes da “questão social”.

No entanto, é importante um destaque: não estamos convictos que somente a referência analítica da *lei geral de acumulação capitalista* consiga explicar a “questão social” no marco da particularidade sócio-histórico brasileira. Contudo, é certo que sem essa referência de análise no horizonte anula-se qualquer possibilidade de compreensão. Dessa forma, sem nenhuma pretensão de esgotar a discussão, procuramos fornecer elementos para esse debate urgente e necessário.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, R. A. (org.). **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, v.1, 2011.

_____. (org.) **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, v.2, 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão Social” no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1882.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A “questão social” no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

MARX, K. **O capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural. 1985.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P.A. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001. _____. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, n.7, 2003.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: Instituto Lukács, 2012.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1988.

SANTOS, Joseane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

TEIXEIRA, Francisco J. S. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

YAZBEK, M.C. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.